

Desenvolvimento e políticas sociais: uma relação necessária^o **(Development and social policies: a necessary relation)**

Edemar Rotta*
Carlos Nelson dos Reis**

Resumo – Este artigo reflete a relação entre desenvolvimento e políticas sociais, tendo como base a análise das propostas de desenvolvimento construídas pela Sociedade Ocidental a partir da modernidade, e o papel representado, nas mesmas, pelas políticas sociais. Aborda a construção do projeto burguês, fundamentado na ideologia do progresso; no ideário do desenvolvimento, em suas versões capitalista e socialista; nas propostas de desenvolvimento sustentável, desenvolvimento regional e desenvolvimento humano. Guia-se pelos pressupostos da análise dialética, procurando evidenciar a dimensão da totalidade social, da historicidade, das contradições, da dinamicidade e do movimento.

Palavras-chave – Desenvolvimento. Políticas sociais. Modernidade.

Abstract – This article reflects the relation between development and social politics by means of the analyses of the development bids, built by the Occidental Society, by means of the modernity, and, in the same ones, the function represented by social politics. It explains the construction of the bourgeois project, by means of the progress; the development idea, in their capitalist and socialist versions; the bids of the sustainable development, regional development and human development. It starts by the concepts of dialectic analysis, trying to evidence the dimension of the social totality, of the historicity, of the contradictions, of the dynamicity and the movement.

Key words – Development. Social politics. Modernity.

Considerações iniciais

A relação entre desenvolvimento e políticas sociais se constitui hoje numa assertiva evidente, tanto nas reflexões a respeito do desenvolvimento (SACHS, 2005; VEIGA, 2005) quanto na das políticas sociais (VIEIRA, 2004; BEHRING; BOSCHETTI, 2006). A realização da Tese de Doutorado, junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, foi um momento privilegiado de reflexão a respeito dessa relação. Alguns aspectos dessa reflexão é que são apresentados neste texto.

^o Artigo recebido em 27.06.2007. Aprovado em 10.09.2007.

* Professor da Unijuí, Santa Rosa/RS, Brasil. Doutor em Serviço Social pela PUCRS. Mestre em Sociologia pela UFRGS.

** Professor PPGSS da PUCRS, Porto Alegre/RS, Brasil. Doutor em Economia pela Unicamp. Mestre em Economia pela UFRGS.

Entende-se que a reflexão sobre os rumos do desenvolvimento apresenta-se hoje como uma questão fundamental da sociedade, pois ela é balizadora das políticas públicas e privadas e das ações individuais e coletivas. Ao tratar da relação entre desenvolvimento e políticas sociais, se quer contribuir para a reflexão a respeito dos rumos da sociedade brasileira atual, em meio ao contexto de transformações decorrentes do processo de reestruturação produtiva e societária mundial.

O texto realiza uma reconstituição histórica da reflexão sobre o desenvolvimento, a partir do advento da modernidade. Inicia com a construção do ideário do progresso, demonstrando ser a primeira visão positiva que a humanidade faz a respeito de seu futuro. Na seqüência, aborda como o modelo de sociedade construído com base na idéia de progresso entra em crise e é reconstruído com base na idéia de desenvolvimento. Para concluir essa abordagem histórica, demonstra-se como, a partir da década de 1970, emergem novas compreensões de desenvolvimento no cenário mundial que podem representar novas possibilidades de pensar as políticas sociais.

Para a área do Serviço Social, o estudo das políticas sociais vem ampliando sua importância na medida em que as mesmas têm-se constituído como estratégias fundamentais de enfrentamento das manifestações da questão social na sociedade capitalista atual. Historicamente, o estudo das políticas sociais tem sido marcado pela dualidade “concessão ou conquista” (PASTORINI, 1997), perdendo-se, em grande parte, a visão da totalidade social. Este texto as entende como fruto das múltiplas relações que se estabelecem na totalidade social e cumprindo funções políticas e econômicas. As políticas sociais são entendidas como fruto da dinâmica social, da inter-relação entre os diversos atores, em seus diferentes espaços e a partir dos diversos interesses e relações de força. Por isso o recurso histórico e a ligação com as propostas de desenvolvimento são essenciais para a análise das políticas sociais.

1 A emergência da idéia de progresso como visão positiva do futuro

Até o século XVII, o pensamento social se caracterizava muito mais pela preocupação em formular regras de ação do que pelo estudo frio e objetivo da realidade social, que gera e determina todas as regras. Até o advento da modernidade, concebia-se a realidade a partir da idéia de um equilíbrio necessário entre as forças do bem e do mal e isto garantia a evolução natural do mundo. O ambiente social era encarado como parte da ordem natural do mundo, devendo, portanto, ser aceito como ordem adequada (COSTA PINTO, 1986).

Os “problemas sociais” eram vistos sob o prisma do destino ou do castigo divino aos quais cabia uma atitude de conformismo, de piedade e de caridade. A forma de lidar com as diversas manifestações de “problemas sociais” (doenças, deficiências, miséria, etc.) era pelo viés social-assistencial, onde os critérios da incapacidade de prover o necessário para seu sustento e o pertencimento à comunidade definiam os beneficiados. A Igreja Católica, especialmente no caso europeu, transformou-se na principal instituição de gestão da assistência (CASTEL, 1998).

Nas diferentes sociedades, até esta época, predominava uma concepção circular¹ do tempo, gerando uma visão fatalista do mundo e das relações sociais. Os efeitos do tempo eram vistos como um processo circular. O rompimento com essa idéia circular é intensificado com a crise do feudalismo na Europa Ocidental e a emergência do capitalismo. A crise do feudalismo questionou o modo de vida rural e ampliou a possibilidade de se estabelecerem os fundamentos de uma nova mentalidade a respeito da vida, das relações sociais e do mundo.

A atitude contemplativa diante do mundo foi substituída por uma atitude ativa, de um sujeito que quis ser artífice de seu futuro. O ciclo das “revoluções burguesas” foi fundamental na consolidação dessa nova atitude. A emancipação do homem e a dessacralização da natureza possibilitaram que o ser humano passasse a buscar explicações racionais para seus problemas e suas perguntas básicas a respeito da natureza, da vida, da organização social, da história e do futuro. A razão desponta como o melhor remédio contra o dogmatismo, contra o conhecimento ilusório, contra as emoções, sentimentos e paixões, contra o êxtase místico e a crença religiosa (CHAUÍ, 2001).

É nessa busca de explicar racionalmente a realidade social que se encontram as bases teóricas da idéia de progresso. As raízes da idéia de progresso podem ser encontradas em três correntes do pensamento europeu que assumiram uma visão otimista da história a partir do século XVIII. A primeira delas está presente no pensamento iluminista, que concebe a história como uma marcha progressiva para o racional. A segunda encontra-se na concepção de que a sociedade humana era regida pela mesma lei da “seleção natural das espécies”, o que vai gerar o darwinismo social.² Talvez a mais expressiva seja uma terceira, que se funda na idéia de acumulação de riqueza,³ na qual está implícita a opção de um futuro que encerra uma promessa de melhor bem-estar. Essa terceira corrente de pensamento está ligada ao desenvolvimento da ciência econômica (FURTADO, 2000).

¹ O tempo entendido como o “eterno retorno”, como destino, como repetido nas estações do ano, nas festas, na vida e na morte, no universo dos ciclos civilizatórios (BUARQUE, 1993; ARANHA; MARTINS, 1994).

² Construído a partir do pensamento de Herbert Spencer e Charles Darwin.

³ Construída a partir do pensamento de Adam Smith, David Ricardo e Thomas Malthus.

Esses três fundamentos da idéia de progresso se articulam na expansão do projeto societário europeu para o restante do mundo. As lutas colonizatórias foram empreendidas em nome do progresso. Em nome do mesmo também se desestruturaram os antigos “modelos de proteção social”, fazendo emergir novas formas que acentuavam a importância da educação, das habilidades individuais, do gosto pelo trabalho, das instituições de benemerência e do merecimento como condição essencial para receber auxílio em caso de necessidade.

Durante os séculos XVIII e XIX, a burguesia se afirmou no poder a partir da Europa Ocidental e expandiu a ideologia do progresso pelo mundo, desagregando os antigos modos de vida e consolidando uma visão de sociedade alicerçada na liberdade individual, no livre mercado, no contrato social, na ciência racional, na técnica e na indústria. A expansão do projeto burguês, sob a ideologia do progresso, intensificou suas contradições. Ao mesmo tempo em que se tornou hegemônico, demonstrou seus limites. Limites que se manifestaram de forma mais intensa a partir da segunda metade do século dezanove, conforme se aborda no tópico a seguir.

2 A crise do projeto burguês sob a ideologia do progresso

Os limites do projeto burguês, sob a ideologia do progresso, são evidenciados nos inúmeros “problemas sociais” gerados, nas reações desencadeadas pela classe trabalhadora e nos estudos de teóricos da época, levando a nova classe dominante a reconstruir o seu projeto em novas bases. Reconstrução levada a efeito no final do século dezanove e início do século vinte.

Os “problemas sociais” gerados pela “sociedade do capitalismo liberal triunfante” (HOBSBAWM, 2001) atingiam os trabalhadores da cidade e do campo, os artesãos e os pequenos comerciantes, levando a uma “desfiliação em massa”, inscrita no próprio cerne do processo de produção de riquezas (CASTEL, 1998). “Uma riqueza nunca vista passou a ser companheira inseparável de uma pobreza nunca vista” (POLANYI, 2000, p. 126-127). Marshall (1967) refere-se ao “espetáculo do desemprego em massa”; às condições de “extrema pobreza” que atingem um terço da população das cidades; à enorme quantidade de indigentes que circulam pelas cidades e pelo campo; à piora do estado físico da população; aos males da promiscuidade; aos problemas habitacionais; às vilas operárias que se tornaram uma calamidade pública.

O fator que dominava a vida dos trabalhadores do séc. XIX era a insegurança. A insegurança de não saber, no início da semana, quanto iriam levar para casa na sexta-feira.

Não sabiam quanto tempo iriam durar no emprego atual e, se viessem a perdê-lo, quando iriam encontrar outro e em que condições. Não sabiam que acidentes ou doenças iriam afetá-los e o que iria acontecer com eles quando ficassem incapacitados para o trabalho. Para os camponeses, além dos fenômenos naturais, passavam a enfrentar a insegurança de até quando iriam permanecer na terra onde estavam. Até mesmo os operários especializados viviam a insegurança no seu emprego. Diante dessa insegurança, não existia nenhum sistema de proteção social, exceto a caridade e o auxílio aos indigentes (HOBSBAWM, 2001).

Karl Marx (1991) denuncia a exploração sofrida pelo trabalhador, transformado em mercadoria no processo de produção capitalista. Refere-se às excessivas mortes por acidentes de trabalho e por doenças decorrentes do trabalho; à exploração da mão-de-obra infantil e do trabalho das mulheres; às condições insalubres e desumanas a que eram submetidos os trabalhadores; aos baixos salários; aos métodos de extração da mais-valia absoluta e relativa. O capitalismo, “mais do que qualquer outro modo de produção, esbanja seres humanos, desperdiça carne e sangue, dilapida nervos e cérebros” (MARX, 1991, p. 99).

Diante dessa realidade, é que eclodem as manifestações da classe trabalhadora. Manifestações que se desenvolvem paralelamente à expansão da Revolução Industrial, pois essa assinala “a mais radical transformação da vida humana já registrada em documentos escritos” (HOBSBAWM, 2000, p. 13). Entre as manifestações mais significativas, podem-se destacar os motins, o movimento ludista, o movimento Swing, as sociedades populares e o movimento cartista. Os pobres passaram a não aceitar mais a situação de forma resignada e conformada, mas passaram a protestar, das mais diversas formas, constituindo-se numa ameaça real às instituições sociais existentes. A politização dos “problemas sociais” é que os transforma em “questão social”.⁴ Aspectos que, anteriormente, eram tratados como naturais, individuais ou, no máximo, como decorrentes de disfunções ou desequilíbrios momentâneos da sociedade, passam a ser polemizados publicamente e postos como decorrentes do conflito de classes e da lógica de reprodução da sociedade de classes.

⁴ A expressão “questão social” surge na Europa Ocidental, na terceira década do séc. XIX, para designar o fenômeno do *pauperismo*, decorrente da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial (NETTO, 2001). Era um fenômeno novo, pois “pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas” (NETTO, 2001, p. 42). E esses pobres não se resignavam, não se conformavam, mas passavam a protestar, das mais diversas formas, constituindo-se numa ameaça real às instituições sociais existentes. “Somente com o conhecimento rigoroso do ‘processo de produção do capital’, Marx pôde esclarecer com precisão a dinâmica da ‘questão social’, consistente em um complexo problemático muito amplo, irreduzível à sua manifestação imediata como *pauperismo*” (NETTO, 2001, p. 45). O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social”. Diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da “questão social” (NETTO, 2001).

Com isso, a burguesia passou a mobilizar seus intelectuais para “produzir” uma explicação para esse fenômeno, sem afetar a “nova ordem social construída”. A “naturalização”, a “desfuncionalidade”, “os desvios morais”, “a anomia” “o não-trabalho”, a “criminalização” foram explicações usadas pela burguesia para desqualificar as reivindicações feitas pelos que acabavam ficando fora do usufruto das benesses da nova sociedade burguesa. O Estado, enquanto um instrumento nas mãos da classe dominante (burguesia), passou a ser utilizado para tratar essa questão social no sentido de amenizar ou reduzir seus efeitos através de políticas sociais (NETTO, 1996).

O fracasso das revoluções sociais e a retomada do crescimento econômico no período pós 1850 provocaram um refluxo na organização dos trabalhadores. As associações voluntárias para a melhoria e a defesa social (Sociedades de Ajuda Mútua, Ordens Fraternas de Beneficência, Coros, Clubes de Esporte e Ginástica, Associações Religiosas Voluntárias) foram apresentadas pelos liberais como a fórmula mágica de resolver os problemas daqueles que não conseguiam, por seu próprio esforço, conquistar um espaço na nova sociedade (HOBSBAWM, 2001).

Na esteira desse pensamento liberal, um conjunto de reformadores franceses propõe uma política social que não fosse de responsabilidade do governo, mas dos “cidadãos esclarecidos” que deveriam assumir voluntariamente o exercício da proteção das classes populares. Eles apresentaram três formas básicas de proteção: a assistência aos indigentes através dos visitantes sociais, o desenvolvimento de instituições de poupança e previdência voluntária (caixas e sociedades de socorros mútuos) e as instituições de proteção patronal. Estas últimas propuseram uma organização racional do trabalho, ocasião em que os donos das empresas organizaram um sistema de proteção com a sua contribuição e a contribuição dos operários, até mesmo para fornecer habitação aos trabalhadores (CASTEL, 1998).

Por mais que o ambiente não fosse favorável e que o empresariado organizasse ações que buscassem cooptar os trabalhadores, as organizações destes se mantinham ativas, especialmente em nível local e dos espaços de trabalho (indústrias). Na medida em que a nova onda de crescimento econômico arrefecia (final da década de 1860) e as promessas de solução das diferentes manifestações da questão social não se concretizavam, as organizações dos trabalhadores retomaram sua força.

Neste novo momento, é expressiva a contribuição dada pelos sindicatos, cooperativas, associações operárias e partidos de esquerda que constituíram o “movimento” pelo qual “as classes trabalhadoras” fundiram-se na “classe operária”, através da ideologia e da ação coletiva estruturada (HOBSBAWM, 2002). A legalização dos sindicatos e a organização

partidária deram à classe operária poder de mobilização e força de pressão e negociação para a conquista de direitos. O que os mantinha unidos e mobilizados era a crença de que todos os melhoramentos que podiam ser feitos na sociedade (quer via revolução ou conquista gradual), provinham da ação e da organização deles próprios como classe (HOBSBAWM, 2002). A organização dos trabalhadores, nessa fase, foi profundamente marcada pelo ideário socialista.

As críticas aos rumos tomados pelo liberalismo mobilizaram também um conjunto de pensadores liberais que passaram a propor alternativas no sentido de dar ao liberalismo uma feição mais social (MERQUIOR, 1998; PAIM, 1998; PISON, 1998). Preocupados com os “efeitos” da Revolução Industrial e com o “drama da questão social”, eles reconhecem que as ameaças à liberdade já não se encontram apenas no Estado, em suas formas absolutistas e despóticas, mas também podem estar na sociedade, diante do “monstro anônimo” que ameaça a liberdade (WEFFORT, 2003).

Entre estes pensadores liberais, pode-se referenciar John Stuar Mill, Alfred Marshall, Aléxis de Tocqueville e Emile Durkheim. Realizam uma revisão do pensamento liberal, mesmo que a partir de diversas fontes⁵ e respondendo a realidades específicas vividas nos países europeus e nos Estados Unidos. Os debates centravam-se na revisão do papel do Estado em relação à garantia dos direitos individuais, na necessidade de novas bases morais para fundar os comportamentos e as instituições, no equacionamento dos problemas sociais, no ordenamento legal de funcionamento da sociedade, na revisão dos pressupostos da economia de mercado, na revisão das formas como se apresentava a livre iniciativa e na revisão da contratualização liberal (MERQUIOR, 1998; CASTEL, 1998).

A crise que afligiu a economia do mundo ocidental, nas últimas décadas do século XIX, contribuiu para apressar ainda mais essa revisão. Até então, os liberais entendiam que a causa da miséria social decorria das circunstâncias individuais da própria pessoa, sendo geralmente atribuída a uma fraqueza moral. A crise vai elevar os índices de desemprego e de miséria, demonstrando que o problema ia além das vontades individuais. Essa realidade passa a ser demonstrada por estudos e relatórios que evidenciam que as causas do problema encontram-se na própria estrutura da sociedade e não nas vontades individuais. “A nova situação exigia uma reavaliação dos direitos do cidadão e das obrigações do Estado para com este” (MARSHALL, 1967, p. 33).

O advento das reformas no liberalismo está ligado à superação de uma dualidade presente na sociedade da época e que impedia uma nova visão sobre a realidade social. De um

⁵ Para uma revisão dessas várias fontes, pode-se consultar Merquior, 1998.

lado, estavam “os notáveis”, os “homens de bem”, que viam os problemas sociais na perspectiva da moralidade individual e sua solução pelo trabalho e pela caridade. Do outro, estavam os partidários da luta de classes, que viam os problemas sociais como decorrência da exploração e sua solução passava pela luta organizada em direção à revolução. Eram posições simétricas que não possuíam nada em comum, nada de negociável. Quando os notáveis deixam de dominar sem restrições e o povo fracassa na solução da questão social por sua própria conta, abre-se um espaço de mediação, de negociação dos interesses diferentes. Constrói-se um ambiente para a elaboração de legislações sociais que superem o caráter local e particular e comecem a adquirir um caráter mais abrangente (CASTEL, 1998).

A discussão da legislação social, por ocasião da revisão da Lei dos Pobres, na Inglaterra, pode servir de exemplo para demonstrar como se manifestaram as posições e entendimentos divergentes a respeito da indigência, da situação das crianças, dos idosos, dos enfermos e dos desempregados (MARSHALL, 1967). Por outro lado, o debate que se faz ao final do século XIX, na Europa e em outros continentes, a respeito da necessidade e da efetivação de políticas sociais,⁶ demonstra a nova mentalidade que se começa a construir (MARSHALL, 1967; POLANYI, 2000).

O debate e a implementação das primeiras⁷ legislações sociais deixam evidente a pluralidade de entendimentos sobre o papel da política social no progresso de uma nação. Para os socialistas mais radicais, tratava-se de simples artifícios paliativos para impedir a revolução e cooptar os trabalhadores em favor do capitalismo. Para os social-democratas,⁸ significava a possibilidade de efetivar mudanças graduais na sociedade capitalista em direção a sua evolução orgânica para o socialismo. Para os liberais radicais, significava um estímulo ao não trabalho e um retrocesso na implantação de uma sociedade do livre mercado. Para os liberais moderados, representava a possibilidade de implementar reformas capazes de evitar a pressão mais radical das organizações da classe trabalhadora, garantir a ação do Estado no sentido de evitar as flutuações mais radicais do mercado e possibilitar a continuidade do capitalismo.

⁶ A expressão “política social” teve origem entre pensadores alemães de meados do século XIX que criaram, em 1873, uma associação para o seu estudo. A partir daí, a expressão passou a ser amplamente utilizada, muitas vezes sem uma clareza conceitual (SANTOS, 1994).

⁷ Pode-se usar como referência as legislações criadas na Inglaterra a partir da proposta de reforma da Lei dos Pobres, a partir de 1834; o programa de seguro obrigatório criado por Bismarck, na Alemanha, a partir dos anos de 1883 e 1884 (MARSHALL, 1967).

⁸ A social-democracia foi inspirada na ideologia do Partido Social-Democrata Alemão, fundado em 1875, propondo mudanças na sociedade capitalista mediante reformas graduais nas normas constitucionais da democracia representativa até atingir o socialismo por via pacífica (ARANHA; MARTINS, 1994, p. 264-265).

O debate amplo e aberto que se estabelecia a respeito das políticas sociais na dinâmica do progresso de uma nação foi, de certa forma, prejudicado pelos acontecimentos que o mundo viveu nas primeiras três décadas do século XX. A I Guerra Mundial, a Revolução Russa de 1917, a Grande Depressão, o advento do Nazismo e do Fascismo e a II Guerra Mundial interromperam ou alteraram os rumos do debate na maior parte dos países do mundo. Por outro lado, esses acontecimentos fizeram com que se afirmassem as opções socialista e a do liberalismo social como alternativas à crise enfrentada pelas sociedades que haviam implementado as proposições do ideário do progresso.

3 A emergência da idéia de desenvolvimento e a nova visão das políticas sociais

O ambiente mundial, decorrente do período conturbado de início do século XX, vai afirmar a hegemonia de dois modelos que passaram a servir de referência para as diversas nações do mundo. De um lado, a versão do “futuro radioso prometido pelo comunismo”, de outro, a versão do “futuro apaziguado e próspero prometido pela sociedade industrial capitalista” (MORIN; KERN, 1995). Esses dois modelos traziam como referência à idéia de desenvolvimento⁹ em substituição à desgastada idéia de progresso.

O modelo socialista estruturou-se a partir de uma idéia de sociedade em que os principais recursos econômicos estivessem sob o controle das classes trabalhadoras; em que a gestão do Estado tinha por objetivo promover a igualdade social e não somente a igualdade jurídica ou política; em que o direito de propriedade passava a ser fortemente limitado; em que houvesse uma rígida planificação da economia, com a manutenção de serviços sociais básicos e a minimização do desemprego; em que o ideário socialista fosse propagado por uma estrutura de educação, de meios de comunicação social e do partido único.

Na versão de desenvolvimento pela via do socialismo, as políticas sociais estavam inclusas nas políticas de planejamento econômico e distribuição de riqueza, não devendo ser trabalhadas de forma separada. O projeto socialista previa que o Estado assumisse o papel de provedor dos serviços sociais essenciais, proporcionando a todos os cidadãos o acesso aos mesmos.

⁹ Atribui-se ao discurso de posse (para o seu segundo mandato) do Presidente Norte-Americano Harry S. Truman, proferido em 20 de janeiro de 1949, uma verdadeira virada no conceito de desenvolvimento utilizado até então. Ele inaugura a “era do desenvolvimento” (SACHS, 2000), ou seja, uma nova fase da humanidade, no imediato pós 2ª Guerra, onde os diversos países do mundo teriam a possibilidade de alcançar o estágio em que se encontravam as modernas sociedades industriais. Para isso bastava que seguissem seus exemplos (TRUMAN apud ESTEVA, 2000).

O modelo capitalista estruturou-se a partir da idéia de planejamento da economia e da sociedade para livrar-se das crises e catástrofes provocadas pelo livre jogo das forças do mercado (efetivada com base nos princípios do taylorismo, do fordismo e do keynesianismo); de uma nova compreensão da relação entre o Estado, o mercado e a sociedade civil, na direção da regulação, do controle e do compromisso negociado (o que deu origem aos diversos modelos de Estado Social); de uma nova compreensão do processo histórico que as diferentes sociedades mundiais precisavam percorrer para alcançar o desenvolvimento (Teoria de Rostow) e de numa nova construção ideológica que propagava a idéia de que as sociedades que quisessem alcançar o desenvolvimento precisavam implementar um processo de modernização dos processos produtivos, das estruturas sociais, das instituições e dos comportamentos individuais (ideologia da modernização).

No projeto capitalista de desenvolvimento, as políticas sociais assumiram um papel decisivo. O Estado se responsabiliza pelo bem-estar dos cidadãos e, em conseqüência, elabora projetos e planeja atuações dirigidas à proteção das classes sociais mais frágeis e, inclusive, estende a proteção a todos aqueles cidadãos em situação de risco e de perda de suas habituais condições de vida, seja por enfermidade, incapacidade, aposentadoria ou outras situações laborais. Ou seja, o Estado procura estabelecer um complexo sistema de seguridade social que conceda prestações sociais ante as contingências ou necessidades vitais com o objetivo de satisfazer um mínimo de vida digna. Elabora políticas sociais pontuais para atender necessidades pontuais. O Estado Social encontra sua legitimação precisamente em sua vertente social, que se concretiza no reconhecimento dos direitos sociais e na obrigação de materializar realmente um bem estar generalizado a todos os cidadãos. Esses objetivos estão diretamente ligados ao sistema de prestações e às políticas sociais. O êxito ou o fracasso na realização das políticas sociais condiciona a legitimação do Estado Social (PISÓN, 1998). Porém, é preciso deixar claro que este Estado Social assume feições muito diferenciadas nos diversos países onde o capitalismo se instala como modelo hegemônico (COUTO, 2004).

Ao ser propalada como um imperativo necessário para o futuro, uma meta a ser alcançada por todos os povos, independente de suas diversidades, a idéia de desenvolvimento transformou-se num novo mito. O “mito do desenvolvimento” (FURTADO, 1983), que levou a uma crença cega de que era necessário sacrificar tudo por ele e que todos os esforços deveriam ser canalizados para atingir o modelo das “modernas sociedades industriais”. “Aos países mais pobres, para se tornarem também ‘ricos’ e ‘avançados’, era preciso imitar o processo de industrialização desenvolvido nos países ocidentais” (ALMEIDA, 1997, p. 36).

Porém, a consolidação dos modelos socialista e capitalista de desenvolvimento não se efetivou sem críticas. Enquanto essas críticas representavam parcelas minoritárias ou eram superadas pelos resultados positivos de ambos, eles se mantinham. Mas a situação começou a se alterar significativamente a partir da década de 1970, quando o modelo de industrialização, com base na produção em massa, começou a apresentar visíveis sinais de crise, principalmente nos países centrais do capitalismo. A desaceleração geral dos ganhos de produtividade, decorrente do aumento da composição técnica do capital, ou seja, do volume do capital fixo *per capita*, comprometia o modelo fordista de produção em massa. Acreditando que a crise fosse passageira e não chegasse a se configurar numa crise do modelo de desenvolvimento, o Estado norte-americano e a maioria dos Estados europeus continuaram acreditando no keynesianismo. Aumentaram os gastos do Estado para financiar a manutenção do poder aquisitivo dos trabalhadores e permitir uma relativa elevação dos preços para compensar a queda nos ganhos de produtividade. O Estado passou a garantir a manutenção dos níveis de emprego e a manutenção dos lucros. Isso era possível porque o coeficiente de importações, nestes países, era reduzido (LIPIETZ, 1988).

Com a segunda crise do petróleo (1973-1979), a situação tornou-se insustentável. Tem-se, então, início a um profundo processo de reestruturação produtiva que vai alterar o modelo tecnológico (a mecânica é substituída pela eletrônica), o paradigma de organização do trabalho (o fordismo é substituído pelo toyotismo e pelo volvismo – princípios da flexibilização), o regime de acumulação (a produção em massa é substituída pela produção em pequenos lotes e pela segmentação do consumo) e o modo de regulação (o Estado Social é substituído pelo Estado Neoliberal) (LIPIETZ, 1991; BENKO, 2002).

As transformações ocorridas no cenário dos países capitalistas afetaram também os países do socialismo real, pois estava em curso “uma profunda transformação de todo o sistema econômico mundial” (THERBORN, 1995). As razões da crise do socialismo real são complexas (AMIN, 2001), pois, além dos problemas econômicos, demonstrou a “inviabilidade de um projeto fundado na estatização da sociedade civil e na submissão burocrática dos sujeitos sociais, individuais e coletivos” (GENRO, 1999, p. 89). Deixou claro que o Estado “onipresente”, ou até mesmo substituindo a organização da sociedade civil, acaba perdendo-se em suas próprias contradições (DALLARI, 2001). A crise envolveu o “campo socialista como um todo” e as tentativas de reforma (*Perestroika e Glasnost*) chegaram tarde demais “a um corpo já excessivamente deteriorado” (SADER, 2001).

4 **As novas reflexões sobre o desenvolvimento e a possibilidade de repensar o papel das políticas sociais**

4.1 A emergência da idéia de sustentabilidade

A idéia de sustentabilidade emerge das críticas feitas aos dois modelos hegemônicos de desenvolvimento consolidados no pós-guerra, especialmente pelos problemas ambientais e sociais gerados pelos processos de industrialização e urbanização que sustentavam os mesmos. A idéia de sustentabilidade é refletida, inicialmente (nas décadas de 1940 e 1950), no campo científico, propagando-se, em seguida, para a sociedade civil (nas décadas de 1960 e 1970), para a esfera política (nas décadas de 1970 e 1980), para o meio religioso e para o espaço empresarial (especialmente na década de 1990), consolidando-se como uma nova “idéia-força” para pensar o desenvolvimento (LEIS; D’AMATO, 2003).

A consciência da insustentabilidade dos modelos capitalista e socialista de desenvolvimento, fundados no uso massivo de recursos naturais, na associação entre a ciência, a técnica e a indústria e na proposição de um crescimento econômico contínuo e a expansão de uma mentalidade consumista crescente, leva a que muitos pesquisadores, das mais diversas áreas do conhecimento e dos mais diversos locais do mundo, passem a alertar para a inconsistência dessas propostas e para a necessidade de repensá-las. Com isso, passam a construir novas teorias capazes de refletir a nova realidade e fundamentar alternativas (ROHDE, 2003).

A fundação da União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN), em 1948, por um grupo de cientistas vinculados à Organização das Nações Unidas, e a realização, em 1949, da Conferência Científica das Nações Unidas sobre Conservação e Utilização de Recursos, ocorrida em New York podem ser consideradas marcos fundamentais para a reflexão em torno da sustentabilidade na medida em que acentuam a necessidade de entender a relação entre ser humano, sociedade e natureza a partir da idéia de ecossistema. Ou seja, de “um sistema aberto que inclui todos os organismos vivos presentes em uma determinada área e os fatores físicos, químicos e biológicos com os quais eles interagem” (MOUSINHO, 2003, p. 349).

A essa nova compreensão e movimento inicial, foi-se somando um conjunto de novas teorias (Entropia, Biodiversidade, Auto-organização, Holística, Caos, Catástrofe, Teia da Vida, Gaia, Contrato Natural, Ecologia Profunda, entre outras); novos movimentos e organizações sociais (Fundo para a Vida Selvagem, *Deep Ecology*, Clube de Roma, Fundação

Dag-Hammarskjöld, Greenpeace, entre outros) e novas mobilizações políticas internacionais (Encontro de Founex, em 1971; Conferência Mundial sobre o Ambiente Humano, promovida pela ONU, em 1972, em Estocolmo; Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, realizada no México, em 1974, da qual resultou a Declaração de Cocoyoc; O *Relatório Brundtland*, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, divulgado em 1987; Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, entre outros) que afirmaram a dimensão da sustentabilidade como uma das idéias-chave para repensar a questão do desenvolvimento (ROHDE, 2003). Sustentabilidade entendida como

[...] um processo participatório que cria e persegue uma visão de comunidade que respeite e faça uso prudente de todos os seus recursos – naturais, humanos, criados pelos humanos, sociais, culturais, científicos, etc. A sustentabilidade busca garantir, até onde possível que as gerações presentes atinjam um alto grau de segurança econômica, e possam realizar a democracia e a participação popular no controle de suas comunidades, enquanto mantêm a integridade dos sistemas ecológicos dos quais toda vida e toda produção dependem, enquanto assumem responsabilidade pelas gerações futuras para prover-lhes de meios para sua realização, esperando que elas tenham a prudência e a inteligência de usar o que lhes é provido de maneira apropriada (VIEDERMANN, 1995, p. 147).

A compreensão de sustentabilidade deixa claro que o desenvolvimento é um fenômeno complexo que precisa realizar-se em suas múltiplas dimensões (econômica, social, política, cultural e ambiental), estender-se a todos os povos e preservar as condições de vida para as gerações futuras. Nas reflexões sobre sustentabilidade, percebe-se a emergência de uma nova compreensão do papel das políticas sociais na dinâmica de desenvolvimento das sociedades na medida em que apontam a necessidade clara de se abandonar a falsa divisão entre gastos “produtivos” ou “econômicos” e gastos “sociais”, entendendo que os segundos são essenciais para a própria atividade econômica e para a obtenção do desenvolvimento humano que é a finalidade de qualquer sociedade. Para haver sustentabilidade, é preciso uma visão das necessidades e do bem-estar humano que incorpora variáveis não-econômicas como educação, saúde, saneamento, habitação, água, ar puro e a proteção das belezas naturais. É preciso mudar a qualidade do crescimento, fundando-o em aspectos mais sólidos de distribuição de renda e de superação das vulnerabilidades sociais (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991).

4.2 O desenvolvimento humano

A compreensão de desenvolvimento humano está associada à percepção da fragilidade dos indicadores utilizados mundialmente, até a década de 1980, para “medir” o desenvolvimento dos diferentes países. Indicadores esses fundados essencialmente no Produto Interno Bruto (PIB) e na renda *per capita*. Com o intuito de buscar outros indicadores e estabelecer uma nova metodologia de avaliação do desenvolvimento, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), através da coordenação do paquistanês Mahbud ul Haq e com a colaboração de outros dez consultores internacionais, elaborou o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e passou a publicar o Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, a partir de 1990.

Além da renda *per capita*, o IDH passou a utilizar um indicador para a longevidade da população (fundado em aspectos relacionados à alimentação e à saúde) e outro para a escolaridade (fundado em índices de educação). Embora recebendo muitas críticas em suas primeiras edições e sendo testadas novas variáveis nos primeiros relatórios, o IDH afirmou-se e deu origem a novas metodologias¹⁰ mais apuradas e consistentes do que a antiga renda *per capita* (VEIGA, 2005).

Estes novos indicadores serviram para afirmar um espaço importante para as políticas sociais nas discussões sobre desenvolvimento. A partir daí, os temas relacionados com a saúde, a educação, a habitação, a assistência e a qualidade de vida da população como um todo passaram a receber outro tratamento nos estudos e conferências e respeito do desenvolvimento. Conforme ressalta Veiga (2005), o IDH acabou cumprindo os objetivos de seus criadores, ou seja, propagar a compreensão de que,

[...] só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer, na vida. E são quatro as mais elementares: ter uma vida longa e saudável, ser instruído, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade (VEIGA, 2005, p. 85).

A compreensão de desenvolvimento humano também retomou, no cenário mundial, a idéia de humanidade, que tinha sido quase esquecida em nome da hegemonia do capital. Para além das diversidades econômicas, sociais, políticas e étnico-culturais, os diferentes povos do planeta representam a Humanidade e devem ser movidos pelos mesmos ideais de defesa da

¹⁰ Maiores detalhes sobre essas metodologias e os indicadores podem ser encontrados em Veiga, 2005.

vida e da realização individual e coletiva. O ser humano, por mais diverso que seja e vivendo nas condições mais diferentes possíveis, possui ideais comuns, experiências significativas para partilhar e a mesma intenção de continuar vivendo num planeta que é a casa de todos e não de apenas alguns.

4.3 O desenvolvimento regional

Essa compreensão é herdeira dos debates que se faziam ao final do século XIX a respeito do questionamento do liberalismo econômico e da tentativa de compreender porque algumas cidades, regiões e até mesmo países possuíam maiores facilidades para realizar o processo de multiplicação do capital e melhorar as condições de vida de sua população. O tratado de Alfred Marshall, *Princípios de economia*, publicado em 1890, sobre os distritos industriais ingleses, é reconhecido como o primeiro estudo clássico sobre desenvolvimento regional. Praticamente, na mesma época, no final do século XIX, Lênin, ao estudar a situação da Rússia, constata que o capitalismo desenvolvia-se de forma desigual. Ele reproduzia-se intensamente num espaço limitado, o seu centro, e extensivamente no amplo espaço de sua dominação, a sua periferia (TAVARES, 2002).

A expansão do capitalismo, no início do século vinte, parecia comprovar a tese de Lênin, porém as explicações para a desigualdade nem sempre eram atribuídas a critérios estruturais do desenvolvimento do Modo de Produção Capitalista. A partir dos Estados Unidos, desenvolveu-se a teoria da modernização que difundia a idéia de que as desigualdades regionais estavam ligadas às características psicossociais e institucionais da população da periferia. Na Europa, desenvolveram-se as teorias dos pólos de crescimento, de François Perroux, e a da causação circular e cumulativa, de Gunnard Myrdal (TAVARES, 2002; FGV, 2003). Na América Latina, as teorias produzidas a partir da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) tiveram maior influência nas interpretações das desigualdades regionais (FGV, 2003).

A crise dos modelos hegemônicos do pós II Guerra Mundial provocou o questionamento das teorias que sustentavam as explicações dominantes a respeito do desenvolvimento. O processo de reestruturação produtiva contribuiu para a retomada dos estudos sobre o papel representado pelas regiões nas dinâmicas de desenvolvimento das sociedades. Esses novos estudos emergiram de contextos diferenciados e a partir de múltiplas visões teóricas, podendo ser agrupados em duas grandes linhas: a regionalista e a globalista (KLINK, 2001).

A globalista sustenta-se na tese da homogeneização do espaço em decorrência do processo de globalização e das transformações produtivas e tecnológicas que ocorreram no mundo no final do século XX. Tem como referência básica comum os estudos de Charles Tiebout, *A pure theory of local expenditures*, publicado em 1956. Para ele, os governos locais fariam os serviços públicos e os impostos locais de acordo com as preferências de seus habitantes e quando são bem sucedidos acabam atraindo mais habitantes e empresas. A partir da concorrência global, capital e trabalho se tornam altamente voláteis e mudam de uma cidade para outra à procura de maximização de suas preferências. Como os fatores de produção se deslocam de acordo com as melhores condições, as cidades acabam tendo que competir entre si para atrair mão-de-obra qualificada e capital financeiro. Num mundo onde as preferências se tornam cada vez mais homogêneas, as cidades também tendem a se tornar cada vez mais semelhantes e homogêneas, pois qualquer tentativa de diferenciação pode significar perda de capital e mão-de-obra qualificada para outra cidade (KLINK, 2001).

Os argumentos de Tiebout sustentam-se no tripé formado pela idéia da homogeneização do espaço, da mobilidade dos fatores de produção e da concorrência entre os lugares. A partir desse tripé, os adeptos da vertente globalista procuram articulá-los de forma diferenciada, gerando construções teóricas diversas que podem ser agrupadas em quatro posições básicas: a Escola da “Nova Política Urbana”, a centrada em estratégias de *City Marketing*, a que destaca a formação de “redes de cidades e regiões” conectadas entre si numa sociedade global baseada no fluxo de informações e a que proclama o surgimento de uma “ordem internacional sem fronteiras nacionais” (ROTTA, 2007).

Analisando as quatro abordagens da vertente globalista, para além das diversidades internas, percebe-se a compreensão da política social como um duplo mecanismo. Por um lado, ela é vista como um mecanismo compensatório para os efeitos negativos da inserção na sociedade global de fluxos. Por outro, ela é compreendida como uma estratégia de competição entre as regiões.

No primeiro caso, os adeptos dessa concepção entendem que a cidade global é uma cidade dual, pois as exigências da concorrência acabam excluindo uma parcela da população. Para que essa parcela excluída não prejudique a produtividade dos demais e crie um ambiente desagradável à concorrência e à imagem da cidade, faz-se necessário acionar mecanismos compensatórios com base em serviços sociais de educação, habitação, saúde e assistência. Esses serviços contribuiriam para que as pessoas buscassem a inclusão em novas etapas da concorrência, superando a situação anterior.

No segundo caso, as políticas sociais são entendidas como um dos eixos estruturantes da competitividade, ao lado da política econômica, da rede de infra-estrutura de comunicação, da qualidade dos serviços urbanos e tecnológicos, da mão-de-obra e do meio ambiente. Faz-se necessário criar um “entorno” social, cultural e estético capaz de atrair os agentes econômicos. A cidade competitiva não pode ter índices de pobreza, marginalização e violência que influenciem negativamente nas decisões dos agentes econômicos. As políticas sociais funcionariam como mecanismos capazes de viabilizar esse “entorno” social atrativo à instalação dos agentes econômicos, propagando uma imagem positiva da cidade na rede de concorrência global.

A linha teórica regionalista ressalta a perspectiva da territorialização do desenvolvimento, afirmando a especificidade dos espaços locais na definição das condições do desenvolvimento e apontando para os problemas decorrentes das opções globalizadoras. Os espaços locais podem desenvolver certas condições econômicas, sociais, políticas, culturais e ambientais capazes de interagir ativamente com as dinâmicas globais de desenvolvimento. Entre as principais abordagens dessa linha teórica, destacam-se a compreensão do desenvolvimento como um processo endógeno de mudança estrutural, os estudos centrados nos “sistemas produtivos locais tipo distrito industrial”, os centrados nos “distritos tecnológicos”, os centrados na idéia de “tecnópolos”, os centrados nos “meios inovadores”, os estudos centrados na crise do fordismo (Escola da Regulação Francesa), a perspectiva do empoderamento das sociedades locais, a centrada na idéia de glocalização e a perspectiva da geração alternativa de trabalho e renda ao modo de produção capitalista.¹¹

Na linha teórica regionalista, apesar de suas diversidades, percebe-se uma maior valorização das políticas sociais. Elas são vistas como elementos ativos e integrantes do processo de desenvolvimento e não como mecanismos compensatórios ou como estratégias de competição. Ao entender o desenvolvimento como um processo social localizado, capaz de conjugar crescimento econômico e melhoria das condições de vida da população, a vertente regionalista entende que as políticas sociais são fundamentais tanto para auxiliar na criação das condições para o crescimento econômico quanto para efetivar mecanismos que possibilitem ampliar, gradativamente, a qualidade de vida da população.

A definição das políticas sociais, em grande parte, está sujeita à dinâmica das relações estabelecidas entre os diversos atores da sociedade local, a partir das particularidades e necessidades locais. Os atores organizados possibilitam tornar público, efetivo e democrático

¹¹ Maiores detalhes sobre essas diferentes abordagens podem ser encontrados em Klink (2001), Lopes (2001), Franco (2003), Pochmann (2004), Boisier (2005), Rotta (2007), entre outros.

o debate dos interesses individuais, dos interesses dos agentes econômicos e dos interesses da coletividade, avançando para a constituição de espaços de consenso político para além das contradições existentes na relação capital-trabalho (POCHMANN, 2004). Dessa forma, é possível avançar na superação do centralismo, do autoritarismo e do clientelismo que marcam a gestão e a implementação das políticas sociais na maioria dos países, inclusive o Brasil.

Considerações finais

Essa retrospectiva histórica de como se tratou a relação entre as grandes concepções de desenvolvimento e o papel representado, em cada uma delas, pelas políticas sociais deixa evidente que as idéias nascem a partir de situações concretas vividas pelas sociedades e procuram responder a essas situações não de forma monolítica, mas sim de forma tensa e contraditória. As compreensões de desenvolvimento e de políticas sociais construídas a partir do advento da modernidade responderam a interesses concretos de classes ou frações de classes e subsistiram até que encontraram legitimidade social para tal. No momento em que essa legitimidade foi sendo corroída, especialmente pela emergência de manifestações contrárias, elas precisaram ser reconstruídas ou substituídas por novas idéias capazes de produzir uma nova legitimação e um rearranjo de forças e de interesses.

A idéia de desenvolvimento nasceu associada ao projeto da modernidade que previa a emancipação do ser humano e da sociedade em relação aos preceitos da tradição, do pensamento mágico e da religião, através da afirmação da capacidade do ser humano gerir sua própria historicidade pelo uso da razão. A afirmação da modernidade rompeu as formas tradicionais de pertencimento e proteção social, exigindo a produção de novos mecanismos e instrumentos que deram origem às políticas sociais. Portanto, desenvolvimento e políticas sociais são produtos da modernidade e como tais devem ser reconhecidos e analisados.

As novas reflexões sobre o desenvolvimento que se consolidam a partir da década de 1990 trazem um conjunto de contribuições importantes para a construção de um novo papel das políticas sociais nas dinâmicas de desenvolvimento. Em primeiro lugar, afirmam, definitivamente, a idéia de que as manifestações da questão social não podem ser tratadas de forma isolada, mas devem ser vistas na perspectiva da totalidade concreta das relações sociais. Em segundo lugar, demonstram a fragilidade das metodologias de aferir o desenvolvimento e aconselhar políticas fundadas apenas no PIB e na renda *per capita*, consolidando metodologias que coloquem em patamares semelhantes os indicadores sociais. Em terceiro lugar, demonstram a necessidade clara de se abandonar a falsa divisão entre gastos

“produtivos” ou “econômicos” e gastos “sociais”, entendendo que os segundos são essenciais para a própria atividade econômica e para a obtenção do desenvolvimento humano que é a finalidade dos diferentes povos. Em quarto lugar, evidenciam que a busca de um novo padrão de desenvolvimento passa pelo compromisso dos diferentes agentes econômicos, políticos e sociais em constituírem espaços de mediação e de articulação em vistas do estabelecimento de objetivos comuns. Em quinto lugar, demonstram que os espaços locais são lugares privilegiados para a construção de alternativas que podem se transformar em referências nacionais e internacionais.

Referências

- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Zander. (Orgs.). *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. p. 33-55.
- AMIN, Samir. A economia política do século XX. In: ARBIX, Glauco; ZILBOVICIUS, Mauro; ABRAMOVAY, Ricardo (Orgs.). *Razões e ficções do desenvolvimento*. São Paulo: Editora UNESP, 2001, p. 179-195.
- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. 2. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Moderna, 1994.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.
- BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI*. 3. ed., São Paulo: Hucitec, 2002.
- BUARQUE, Cristovam. *A desordem do progresso: o fim da era dos economistas e a construção do futuro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Tradução de Iraci D. Poleti. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 7. ed. São Paulo: Ática, 2001.
- COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- COSTA PINTO, L. A. *Sociologia e desenvolvimento: temas e problemas de nosso tempo*. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- COUTO, Berenice Rojas. *O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?*. São Paulo: Cortez, 2004.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. *Elementos de teoria geral do Estado*. São Paulo: Saraiva, 2001.
- ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang (Ed.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Tradução de Vera Lúcia M. Joscelyne, Susana de Gyalokay e Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 59-83.
- FGV (FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS). *Estudo sobre a nova estratégia de desenvolvimento regional e a experiência da mesorregião Grande Fronteira do Mercosul*. Erechim/RS: EDIFAPES, 2003.

FRANCO, Augusto de. *A revolução do local: globalização, glocalização, localização*. Brasília: AED; São Paulo: Cultura, 2003.

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. 3. ed. revista pelo autor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. *O mito do desenvolvimento econômico*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GENRO, Tarso. *O futuro por armar: democracia e socialismo na era globalitária*. Petrópolis: Vozes, 1999.

HOBBSAWM, Eric. *A era do capital, 1848-1875*. Tradução de Luciano Costa Neto. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

HOBBSAWM, Eric. *A era dos impérios, 1875-1914*. Tradução de Sieni Maria Campos e Yolanda Steidel de Toledo. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

_____. *Da revolução industrial inglesa ao imperialismo*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

KLINK, Jeroen Johannes. *A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEIS, Héctor Ricardo; D'AMATO, José Luís. O ambientalismo como movimento vital: análise de suas dimensões histórico, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 4. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2003. p. 77-103.

LIPIETZ, Alain. *Audácia: uma alternativa para o século 21*. São Paulo: Nobel, 1991.

_____. *Miragens e milagres. Problemas da industrialização do Terceiro Mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.

LOPES, Raul. *Competitividade, inovação e territórios*. Oeiras (Portugal): Celta, 2001.

MARSHALL, T. H. *Política social*. Tradução de Meton P. Gadelha. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro Terceiro – O processo global da produção capitalista. v. 4. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

MERQUIOR, José Guilherme. O liberalismo social. In: MERQUIOR, José Guilherme; PAIM, Antônio; KUJAWSKI, Gilberto de Mello. *O liberalismo social: uma visão histórica*. São Paulo: Massao Ohno, 1998. p. 9-43.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra-pátria*. Traduzido do francês por Paulo Azevedo Neves da Silva. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MOUSINHO, Patrícia. Glossário. In: TRIGUEIRO, André (Coord.). *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas do conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003. p. 332-367.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Cinco notas a propósito da “questão social”. *Temporalis*, Brasília, ano 2, n. 03, p. 41-49, jan./jul. 2001.

PAIM, Antônio. O liberalismo social. In: MERQUIOR, José Guilherme; PAIM, Antônio; KUJAWSKI, Gilberto de Mello. *O liberalismo social: uma visão histórica*. São Paulo: Massao Ohno Editor, 1998. p. 45-63.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria concessão-conquista. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 18, n. 53, p. 80-101, mar. 1997.

PISÓN, José Martínez de. *Políticas de bienestar: un estudio sobre los derechos sociales*. Madrid: Tecnos, 1998.

- POCHMANN, Márcio (Org.). *Reestruturação produtiva: perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- ROTTA, Edeimar. *Desenvolvimento regional e políticas sociais no noroeste do estado do Rio Grande do Sul?* Porto Alegre, FSS/PUCRS, Tese de Doutorado, 2007.
- SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.
- _____. Prefácio. In: VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005. p. 09-11.
- SADER, Emir. *Século XX: uma biografia não autorizada*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.
- SANTOS, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- TAVARES, H. M. Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil. In: Planejamento e Território, ensaios sobre a desigualdade. *Cadernos IPPUR/UFRJ*, Rio de Janeiro, ano 15, n. 2, ago.-dez. 2001; ano 16, n. 1, jan.-jul. 2002, p. 229-248.
- THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 39-50.
- VEIGA, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- VEDERMAN, Stephen. A economia da sustentabilidade. *Cadernos de Estudos Sociais*, Recife, FJN/IPS, v. 11, n. 1, p. 141-168. jan./jun. 1995.
- VIEIRA, Evaldo. *Os direitos e a política social*. São Paulo: Cortez, 2004.
- WEFFORT, Francisco C. (Org.). *Os clássicos da política*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2003. v. 2.